

O DISCURSO ALGORÍTMICO: UMA ARQUEOGENEALOGIA DOS REGIMES DE VERDADE NAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS GENERATIVAS

Damião Francisco Boucher¹

Thiago Barbosa Soares²

Resumo: Este artigo analisa o discurso algorítmico de IAs generativas, a partir da análise arqueogenealógica, especificamente, pelas noções de enunciado, formação discursiva, dispositivo, governamentalidade e episteme. Como enunciados, têm-se as respostas do ChatGPT e do Grok, ao prompt “Responda de forma direta: para você, aborto é um direito?”, demonstrando que cada sistema encarna formações discursivas e regimes de verdade historicamente situados. A análise indica que o discurso algorítmico não é neutro, constituindo-se como potente dispositivo de subjetivação. Por fim, pondera-se as contribuições do debate sobre a quarta fase da AD ao propor que o algoritmo seja compreendido como posição discursiva historicamente construída.

Palavras-chave: Discurso algorítmico; Análise do Discurso; Arqueogenealogia; Inteligência Artificial; Regimes de verdade.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603> E-mail: boucherplace@gmail.com.

² Universidade Federal do Tocantins (UFT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.



ALGORITHMIC DISCOURSE: AN ARCHAEOGENEALOGY OF TRUTH REGIMES IN GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCES

Abstract: This article analyzes the algorithmic discourse of generative AIs, from an archeogenealogical perspective, specifically through the notions of utterance, discursive formation, device, governmentality, and episteme. As utterances, the responses of ChatGPT and Grok to the prompt "Answer directly: for you, is abortion a right?" are considered, demonstrating that each system embodies historically situated discursive formations and regimes of truth. The analysis indicates that algorithmic discourse is not neutral, constituting a powerful device of subjectivation. Finally, the contributions of the debate on the fourth phase of Discourse Analysis are weighed, proposing that the algorithm be understood as a historically constructed discursive position.

Keywords: Algorithmic discourse; Discourse Analysis; Archaeogenealogy; Artificial Intelligence; Regimes of truth.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inteligência artificial (doravante IA) não emergiu de um vazio histórico. Sua genealogia remonta à segunda metade do século XX, quando Alan Turing, em 1950, propôs a questão inaugural que organizaria décadas de pesquisa: “As máquinas podem pensar?”³ (Turing, 1950, p. 433, aspas do autor). O marco seminal que se seguiu foi o *Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*, em 1956, reunião científica que cunhou o próprio termo “Inteligência Artificial” e estabeleceu, que qualquer aspecto da inteligência poderia, “em princípio, ser descrito com tanta precisão que uma máquina *poderia* ser feita para simulá-la”⁴ (Mccarthy et al., 1956, p. 12, *itálico nosso*).

³ Tradução livre do original: *I propose to consider the question, 'Can machines think?*

⁴ Tradução livre do original: *in principle be so precisely described that a machine can be made to simulate it.*

Nesse período inicial, os sistemas de IA operavam por meio de regras lógicas explícitas. Eram os chamados sistemas especialistas, sendo projetados para resolver problemas bem delimitados, como jogar xadrez, diagnosticar doenças a partir de sintomas catalogados, traduzir sentenças segundo gramáticas formais.

A máquina era, então, “*escravizadamente*” fiel às instruções humanas codificadas (Mccarthy et al., 1956, p. 7); seu discurso, se assim se pode chamar, era o discurso do programador diretamente transcrito. A mudança de paradigma aconteceu com o avanço do aprendizado de máquina (*machine learning*) e, posteriormente, das redes neurais profundas (*deep learning*), a partir dos anos 1980, com uma aceleração exponencial na primeira década do século XXI. Em vez de obedecer a regras pré-definidas, os sistemas começaram a identificar padrões a partir de grandes volumes de dados. Com a disponibilização de corpora digitais massivos e o aumento da capacidade de processamento computacional, tornou-se possível treinar modelos capazes de reconhecer imagens, compreender enunciados e, mais relevante para este artigo, processar e gerar linguagem natural. Isso porque, de acordo com Foucault (2017), sendo “lei do que pode ser dito”, o arquivo gerencia a enunciabilidade “como acontecimentos singulares” (Foucault, 2017, p. 158).

O ponto de inflexão mais recente situa-se na arquitetura *Transformer*, proposta por Vaswani et al. (2017), que permitiu o desenvolvimento dos chamados Modelos de Linguagem de Grande Escala (*Large Language Models*, doravante *LLMs*), como ChatGPT, Gemini, Grok e tantos outros. Esses sistemas, além de processarem linguagem, também produzem enunciados, respondem a perguntas, argumentam, narram, persuadem. Em suma, esses sistemas discursivizam a partir de documentos que se tornam uma ordem de enunciabilidade, isto é, “que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento*” (Foucault, 2017, p. 158, aspas do autor).

Assim, por meio de cruzamento desses dados, de estatística, de quantificação e lógica matemática, lançando mão de uma gramática humana, simula a discursivização, constituindo-se naquilo que se pode chamar de “espalhamento de formações discursivas”.

A literatura crítica contemporânea tem problematizado precisamente essa aparente neutralidade dos sistemas de IA. Autores como Noble (2018) e Benjamin (2019) demonstram como algoritmos de busca e processamento de linguagem reproduzem e amplificam hierarquias raciais, de gênero e classe presentes nos dados de treinamento. O conceito de “capitalismo de vigilância” proposto por Zuboff (2020) e a noção de “governamentalidade algorítmica” elaborada por Rouvroy e Berns (2013) oferecem chaves interpretativas para compreender como esses sistemas operam como dispositivos de regulação social e produção de subjetividade. Esse conjunto de contribuições, oriundo de campos como os estudos críticos de algoritmos e a filosofia política da tecnologia, fornece lastro empírico e conceitual para a hipótese central que orienta este artigo: a de que o discurso algorítmico não emerge de um vazio técnico, mas de formações discursivas e relações de poder historicamente situadas.

É precisamente o gesto de discursivizar que abre a problemática central deste artigo. Em um contexto em que milhões de pessoas em todo o mundo utilizam diariamente sistemas de IAs generativas para buscar informações, receber orientações, formar opiniões e resolver dúvidas, observa-se uma normalização de uso desses sistemas, concebendo-os como neutros, objetivos e enciclopédicos. De outro modo, tornam-se, na contemporaneidade, uma espécie de oráculo técnico desprovido de posicionamento. Essa crença, no entanto, ignora um fato fundamental de que os modelos de linguagem, alimentados por arquivos humanos, são treinados sobre dados produzidos por sujeitos históricos, situados em

relações de poder específicas, pertencentes a culturas, línguas e classes sociais distintas.

Têm-se indicativos, na literatura especializada (UNESCO, 2023; Pew Research Center, 2024), de que milhões de pessoas em todo o mundo utilizam diariamente sistemas de IAs generativas para buscar informações, receber orientações, formar opiniões e resolver dúvidas. Levanta-se a hipótese de que essa prática esteja associada a uma normalização do uso desses sistemas, concebendo-os como neutros, objetivos e enciclopédicos. De outro modo, tornam-se, na contemporaneidade, uma espécie de oráculo técnico desprovido de posicionamento. Essa crença, no entanto, ignora um fato fundamental de que os modelos de linguagem, alimentados por arquivos humanos, são treinados sobre dados produzidos por sujeitos históricos, situados em relações de poder específicas, pertencentes a culturas, línguas e classes sociais distintas.

Pode-se formular a hipótese de que, ao pesquisar em diferentes plataformas de IA, muitos usuários suponham equivalência entre as respostas obtidas, assumindo-as como fontes neutras e intercambiáveis – hipótese que demandaria verificação por meio de estudos de recepção. Ao considerar essa pressuposição, parece não ser o que ocorre, porquanto, se for levado em conta o fato de que os arquivos são produções filtradas pela "peneira subjetiva" do sujeito, então cada sistema pode carregar marcas de seus reprodutores, de suas escolhas editoriais sobre o que incluir e excluir nos dados de treinamento, de seus critérios de avaliação humana (*reinforcement learning from human feedback* – RLHF) e, em última instância, dos valores corporativos, epistêmicos e geopolíticos das empresas que os desenvolvem.

Para responder a esse desafio, este artigo adota a perspectiva da Arqueogenealogia do Discurso do Norte, conforme reconfigurada por Soares (2025a, 2025b), abordagem que articula a arqueologia e a genealogia

foucaultianas em um gesto analítico especialmente pertinente ao objeto aqui investigado. O referido autor situa sua proposta nas condições de possibilidade do discurso contemporâneo. Ele está atento ao avanço dos dizeres midiáticos, ao funcionamento das redes sociais como aparatos de circulação e legitimação enunciativa, e à produção de sentidos em regiões e sujeitos historicamente subalternizados nos regimes de saber hegemônicos. Essa perspectiva mostra-se particularmente adequada à análise do discurso algorítmico. Precisamente porque este último constitui uma das expressões mais sofisticadas e naturalizadas do poder midiático contemporâneo, porquanto, como “reguladora dos discursos” (Soares, 2022, p. 37), a mídia alia-se a esses sistemas que enunciam para todos, mas que foram feitos por poucos.

Diante dessa perspectiva, para desenvolver essa problemática, o artigo organiza-se em três partes. Na seção de Considerações Teórico-Metodológicas, mobiliza-se um conjunto de noções, tais como enunciado, formação discursiva, dispositivo, governamentalidade e episteme. Elas são articuladas ao problema específico do discurso algorítmico e ao quadro arqueogenealógico reconfigurado por Soares (2025a, 2025b), de modo a construir as ferramentas conceituais necessárias para a análise. Na seção de Análise dos corpora, submetem-se dois modelos de linguagem, ChatGPT e Grok, a um mesmo prompt sobre um tema epistemicamente disputado: *responda de forma direta: para você, aborto é um direito?*

Assim, examinam-se comparativamente as respostas produzidas à luz das categorias teórico-metodológicas mobilizadas, com vistas a mapear as formações discursivas e os regimes de verdade que cada sistema encarna. Por fim, nas Considerações finais, retoma-se os achados da análise para refletir sobre suas implicações teóricas mais amplas, especialmente no que concerne à contribuição deste trabalho para o debate sobre a quarta fase da AD: a necessidade de que a disciplina desenvolva categorias e métodos capazes de dar



conta do algoritmo não como ferramenta neutra, mas como posição discursiva, historicamente construída, epistemicamente regulada, midiaticamente operacionalizada e mercadologicamente subjetivadora, porquanto opera como um produto aparentemente acessível, entregando (des)informação ilusoriamente esterilizada de qualquer viés.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A partir das condições de possibilidade desenhadas nas considerações iniciais, é possível afirmar que uma IA não enuncia de uma posição de neutralidade; mas de um lugar historicamente construído, que se apaga estrategicamente para produzir um efeito de objetividade, mediante a “um conjunto de dizeres que pretendem representar uma realidade” (Soares, 2025a, p. 31-32). Assim, esse apagamento é um poderoso efeito discursivo. Por essa problemática, convoca-se a Análise do Discurso (AD) a adotar uma nova perspectiva em relação a um objeto completamente distinto. A disciplina, iniciada por Michel Pêcheux com o livro *Analyse automatique du discours* em 1969 (Henry, 1997), passou por reformulações progressivas que estão intimamente ligadas a condições de possibilidade intelectual caracterizadas por uma assimetria de recepção bastante reveladora.

Como demonstra François Dosse (2018) em *História do estruturalismo*, as relações institucionais francesas das décadas de 1960 e 1970 funcionaram como dispositivos pedagógicos que distribuíram de forma desigual o prestígio entre os pensadores de uma mesma geração. Em outros termos, enquanto Michel Foucault circulava com êxito o status de “melhor venda do verão”, vendendo “como pãozinhos” (Dosse, 2018, p. 455), expressão que captura bem a voracidade com que universidades, editoras e aparatos midiáticos consumiam e reproduziam seus escritos, autores como Pêcheux permaneciam em posição relativamente marginal. No entanto,

seu projeto, eclipsado pelo fulgurante brilho do pensamento foucaultiano, é retomado, sobretudo no Brasil, com expoentes como Orlandi (2007), Possenti (2009), entre outros de igual valor, que compreenderam a necessidade de não apagar o relevante papel da memória discursiva nem o papel do sujeito.

O debate sobre a quarta fase da AD, inaugurado por Maingueneau (2026), inscreve-se em uma tradição de reflexão sobre os deslocamentos do objeto da disciplina. Se a primeira fase, associada a Pêcheux (1969), tinha como horizonte a análise automatizada do discurso político, e as fases subsequentes ampliaram o escopo para discursos midiáticos, institucionais e cotidianos (Orlandi, 2007; Possenti, 2009), a quarta fase é convocada a enfrentar o desafio de enunciadores não-humanos que, no entanto, ocupam posições enunciativas eficazes. Essa ampliação exige não apenas a adaptação de categorias existentes, mas também a invenção de novos instrumentos analíticos capazes de dar conta das especificidades do discurso algorítmico – entre elas, a opacidade dos processos de treinamento, a mediação por grandes corporações e a produção de efeitos de verdade em escala global.

Assim, nas várias perspectivas da AD, o sujeito, não sendo somente uma constituição do outro (Landowski, 2002) nem só efeito de relações de poder-saber, como quer Foucault (2017) em sua primeira fase, constitui-se como parte dos “sentidos que se acreditam corretos e estáveis” (Soares, 2018a, p. 119), é uma posição discursiva que acaba, por si, tornando-se um espaço para a prática de táticas sutis e “artes de fazer” (Certeau, 2007, p. 42) a partir da língua. Dessa forma, pela resistência, torna-se foco de pequenas rupturas, quebras de paradigmas, dentro do universo de saber-poder que o circunda. Sendo, de certa maneira, gatilho delineador das fronteiras de poderes e de saberes, mesmo em sua ilusão de plena autonomia ou consciência de relativa liberdade, o sujeito é subjetivado por

fatores sociolinguísticos, assim como é o “sujeito espelhado” da IA.

Ao retomar o acontecimento da Análise do Discurso na contemporaneidade, entende-se que esse apagamento diferencial de variadas vertentes da AD não é um acidente biográfico: é ele mesmo um efeito de poder-saber, um fenômeno discursivo que merece ser lido como sintoma do regime de verdade que regulava a cena intelectual não só da época, mas do hoje. É nesse horizonte que Dominique Maingueneau (2026), durante o II Seminário de Estudos em Linguística Discursiva (SEELIND), realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, entre 24 e 26 de março de 2026, em sua palestra A análise do discurso: um campo em constante evolução, lançou a provocação que organiza este artigo. O autor, com seu questionamento, “AD uma quarta fase?”, assume que o discurso algorítmico pode reabrir e forçar a AD a uma quarta fase. Etapa em que a disciplina se vê desafiada a dar conta de enunciadores que não são humanos, mas que ocupam posições discursivas eficazes e socialmente determinantes.

Diante dessa conjuntura, o percurso teórico-metodológico que orienta este artigo inscreve-se no quadro da Arqueogenealogia do Discurso do Norte, proposta por Thiago Barbosa Soares (2025a), em articulação com o pensamento de Michel Foucault em suas diferentes fases. Antes de apresentar as noções operatórias que guiarão a análise, é necessário explicitar o movimento metodológico que a sustenta, pois é ele que confere coerência e direção ao gesto analítico empreendido sobre o discurso algorítmico. Para essa perspectiva analítica reconfigurada no Norte, a arqueologia e a genealogia não são, em Foucault, métodos separados que se aplicam alternadamente a objetos distintos. São gestos complementares que operam em camadas diferentes de um mesmo problema.

De outro modo, de acordo com Soares (2025b, p. 10), o exame arqueogenealógico não somente faz compreender “os mecanismos de objetivação e subjetivação inscritos no tecido social, mas também expõe os modos pelos quais tais mecanismos se atualizam e se legitimam em práticas cotidianas de governo e resistência”. A arqueologia, tal como desenvolvida por Foucault (2017), não se ocupa dos textos em sua superfície temática nem busca o sentido oculto por trás das palavras. Pelo contrário, ela descreve as regularidades que tornam possível que certos enunciados existam e outros não, que certas verdades sejam formuláveis e outras permaneçam no impensável de uma época. Ademais, seu objeto não é o que foi dito, mas as condições de possibilidade do dizer, aquilo que Foucault chamou de “*a priori histórico*” (Foucault, 2017, p. 155), a positividade sobre a qual os discursos se erguem e que é possível provar seu valor de “unidade através do tempo e muito além das obras individuais” (Foucault, 2017, p. 154).

Assim, a genealogia, desenvolvida a partir de *Vigiar e Punir* (Foucault, 2014a) e de *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (Foucault, 2022), acrescenta a esse gesto descritivo uma dimensão crítica e histórica. Dessa maneira, a genealogia “se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias” (Foucault, 2018, p. 56). Isto é, o autor ataca a ideia de que a história tem uma lógica oculta, uma direção, um sentido que vai se revelando progressivamente. Nesse sentido, esse componente na análise arqueogenealógica rastreia a proveniência e a emergência dos discursos. Ele mostra que aquilo que se apresenta como natural, universal ou necessário é, de fato, produto contingente de conflitos, exclusões e estratégias de força que ora cintila do local para o universal, ora está no caminho reverso. Juntas, arqueologia e genealogia permitem perguntar simultaneamente quais são as regras desse discurso; e como essas regras foram produzidas e por quem.

É precisamente essa dupla interrogação que Soares (2025a, 2026b) acentua e estabelece nas condições de possibilidade do discurso contemporâneo brasileiro, em especial os efeitos de sucesso midiático (Soares, 2018b) e o discurso das redes sociais como aparatos de circulação, legitimação e silenciamento enunciativo. Tanto a Arqueogenealogia do Discurso do Norte quanto a Arqueogenealogia do Discurso tocantinense não são uma aplicação mecânica do método foucaultiano. São reconfigurações demandadas a uma região politicamente nova que permitem (além de positivar o método) perceber que, nos jogos discursivos os quais atravessam e constituem o Tocantins, “ressoam também as tensões estruturantes da sociedade brasileira e, em larga medida, das democracias contemporâneas” (Soares, 2025b, p. 10).

Por esse motivo, a arqueogenealogia permite perceber outro ponto de compreensão: o de que, na geopolítica do saber, os regimes de verdade não são homogêneos nem indiferentes à posição dos sujeitos no espaço social e geográfico. Aplicada ao discurso algorítmico, essa perspectiva permite interrogar não apenas as regularidades formais das respostas geradas pelas IAs generativas, mas as relações de poder que produziram essas regularidades. De outra forma, examinam-se a influência das corporações, os dados, as escolhas de treinamento, as interdições (Foucault, 2014b), os silenciamentos (Orlandi, 2007), e os efeitos que essas regularidades produzem sobre sujeitos situados em posições específicas de saber e de poder, a partir de funções enunciativas, de diversas naturezas e, no caso do discurso algorítmico, uma gama de enunciados multissemióticos que se materializam em textos, gráficos, imagens, áudio etc.

Dessa forma, a noção de enunciado é a pedra angular da arqueologia foucaultiana e, por consequência, do quadro analítico aqui adotado. Em Foucault (2017, p. 104), “o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos



critérios [...] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” e as constitui como discurso. É o que faz com que uma sequência de signos seja reconhecida como pertencente a um determinado domínio de saber, produzida por uma posição discursiva legítima, em condições históricas determinadas. O enunciado tem sempre um sujeito, mas esse sujeito não é o indivíduo empírico que enuncia: é uma posição, um lugar vazio que pode ser ocupado por diferentes agentes desde que satisfaçam as condições históricas exigidas pelo campo discursivo.

Para uma melhor percepção do discurso algorítmico, deve-se compreender que o enunciado é a materialidade sobre a qual se possibilita a interpretação dos sentidos. De acordo com Soares (2025a, p. 67), “o enunciado como um aparato por meio do qual se pode examinar parte da dimensão do saber-poder circulante no espaço coletivo é relacional, à medida que seu sentido não se esgota e se limita à sua circunscrição formal”. Por essa perspectiva mais acurada, percebe-se que o enunciado constitui um instrumento analítico capaz de revelar os modos pelos quais o poder e o conhecimento se distribuem e se articulam no tecido social. Seu sentido, contudo, não se encerra na literalidade de suas palavras.

Além disso, a função enunciativa se completa na teia de relações que a atravessa, isto é, o sujeito que enuncia, o lugar social de onde se enuncia, as condições de possibilidade sócio-históricas e discursivas em que se insere e os efeitos que produz. Essa distinção é decisiva para a análise do discurso algorítmico. Quando o ChatGPT ou o Grok ou qualquer outro tipo de IAs generativas respondem a um mesmo prompt, não são duas entidades que enunciam de lugares equivalentes, são duas posições, ou melhor, duas formações discursivas, historicamente constituídas, que produzem efeitos de verdade distintos a partir de condições de possibilidade diferentes.

Após compreender o fundamento no qual se apoia o enunciado, é preciso entender a noção de formação discursiva (doravante FD). Elaborada por Foucault (2017) em *A arqueologia do saber*, em 1969, designa o conjunto de regras anônimas e históricas que determinam, para um dado tempo e espaço social, o que pode ser dito, como pode ser dito e de que posição pode ser dito. De acordo com Soares e Boucher (2024, p. 46), a formação discursiva é a própria possibilidade de emersão desses enunciados. Trata-se de uma regularidade que não está nos sujeitos nem nas intenções, mas nas práticas discursivas que os atravessam e os constituem. No contexto do discurso algorítmico, essa noção ganha uma nova dimensão de complexidade: os *LLMs* são treinados sobre corpora que já são efeitos de formações discursivas historicamente sedimentadas.

O processo de alinhamento dos modelos, via aprendizado por reforço com feedback humano (RLHF), tem sido objeto de crescente atenção crítica (Christian, 2020; Gabriel, 2020). Esse procedimento, longe de ser uma mera correção técnica, constitui um momento fundamental de inscrição de valores e normatividades nos sistemas, sendo, portanto, um *locus* privilegiado para a análise discursiva das formações de saber-poder que atravessam o desenvolvimento das IAs. As escolhas relativas a quais respostas são reforçadas, quais são desencorajadas e quais critérios éticos orientam os avaliadores humanos refletem, elas mesmas, regimes de verdade específicos, o que reforça a pertinência de se investigar o discurso algorítmico à luz da arqueogenealogia.

De outro modo, são textos que circularam, que foram selecionados por dispositivos institucionais, que foram valorizados por determinados regimes de saber e desvalorizados por outros. O modelo aprende, assim, não apenas padrões linguísticos, mas padrões discursivos: aprende o que é dizível, como é dizível, e o que deve permanecer no limite do indizível. Diante desse processo de seleção, entende-se que o conceito de dispositivo, tal como desenvolvido por

Foucault (1977) e retomado por Agamben (2005) em formulação que amplia seu escopo, designa uma rede heterogênea de elementos. Ou seja, discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas. Essa rede se articula em torno de uma função estratégica dominante, respondendo a uma urgência histórica específica.

O dispositivo não é apenas um conjunto de práticas: é uma máquina de produção e de regulação de sujeitos, que incita, proíbe, distribui posições e regula condutas (Soares, 2025a, 2025b). O algoritmo, compreendido nessa chave, é um dispositivo no sentido pleno do termo, porquanto articula código, dados, infraestrutura computacional, políticas corporativas de moderação, decisões de treinamento e interfaces de usuário em uma rede que produz sujeitos, tanto a posição enunciativa que responde (a IA como lugar discursivo) quanto o que consulta, cuja busca é antecipada, formatada e respondida segundo os parâmetros do sistema.

A noção de episteme, central em *As palavras e as coisas* (Foucault, 1999), designa as relações de saber e de poder de um período; é “o conjunto de relações que pode unir, em uma dada época, as práticas discursivas” (Foucault, 2017, p. 231) e tornar possível a emergência de ciências e sistemas formalizados de saber. Nesse sentido, a episteme “representa tanto um saber validado historicamente quanto a proporcionalidade deste em relação à própria trajetória de poder disseminado no circuito coletivo” (Soares, 2025a, p. 125). No horizonte do discurso algorítmico, podemos identificar os contornos de uma episteme tecnocientífica contemporânea que elege historicamente a quantificação, a predição e a eficiência como critérios supremos de verdade. Episteme que autoriza os *LLMs* a enunciarem com o efeito de objetividade, precisamente porque sua operação quer ser transparente, mesmo sendo opaca, matematicamente sofisticada e aparentemente impessoal.

O conceito de governamentalidade, desenvolvido por Foucault (2008a, 2008b) designa uma forma específica de exercício do poder que não opera pela repressão, mas pela condução das condutas. Trata-se de governar os sujeitos não pela força, mas pela produção de saberes, normas e subjetividades que os tornam governáveis. De acordo com Foucault (2008a):

Por ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma muito específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008a, p. 143).

Ao associar a ideia desse trecho com as novas tecnologias da contemporaneidade, compreende-se que a governamentalidade algorítmica, assim como Rouvroy e Berns (2013, p. 38) “se concentra, a partir daí, não mais sobre os indivíduos, sobre os sujeitos, mas sobre as relações”. Por isso, assume-se o risco de afirmar que a governamentalidade algorítmica torna-se uma das formas mais eficazes de governo das populações no século XXI. Ora, como afirma Soares (2025a, p. 35), a governamentalidade “atua como um mecanismo organizativo que conduz os sujeitos e determina comportamentos em diversas esferas da vida”.

Por essa razão, ratifica-se que o discurso algorítmico opera precisamente na lógica de que as IAs generativas não impõem respostas pela coerção. Elas as oferecem como as mais razoáveis, as mais informadas, as mais equilibradas. Isso produz sujeitos que incorporam seus regimes de verdade como se fossem os seus próprios. Com isso, ocorre a

naturalização da consulta às IAs como prática cotidiana de produção de conhecimento. Isto é, pelo efeito de governamentalidade, o sujeito pode não perceber que está sendo conduzido porque a condução se apresenta sob a forma de ajuda, de informação esterilizada, de objetividade.

Diante dessa explanação sobre os meios pelos quais a análise arqueogenealógica é empreendida, do ponto de vista dos procedimentos concretos de análise, este artigo adota o movimento arqueogenealógico proposto por Soares (2025a, 2026b) para a constituição e o tratamento do corpus. Em um primeiro momento, descrevem-se as regularidades discursivas, presentes nas respostas dos dois sistemas de IAs mencionados, ao mesmo prompt sobre tema epistemicamente disputado, identificando as formações discursivas que as atravessam, os enunciados que se repetem, as posições discursivas que se constroem e os silenciamentos que se produzem.

O objeto aqui investigado impõe desafios metodológicos específicos que merecem explicitação. Modelos de linguagem generativos são intrinsecamente estocásticos: submetidos ao mesmo *prompt* em momentos distintos, podem produzir respostas diferentes, ainda que mantidas as mesmas condições de temperatura e parâmetros. Além disso, atualizações dos modelos, mudanças nas políticas de moderação e ajustes pós-treinamento alteram o comportamento enunciativo dos sistemas ao longo do tempo. Para lidar com essa volatilidade, este estudo optou por uma estratégia de registro documental das respostas obtidas em uma data específica (março de 2026), tratando-as como enunciados fixados para fins analíticos. Reconhece-se que replicações em outros momentos poderiam produzir variações, o que aponta para a necessidade de estudos diacrônicos que acompanhem a evolução desses discursos. O caráter indicativo e situado dos achados é, portanto, inerente ao objeto e não uma fragilidade do método, desde que explicitamente assumido. A opção por um único prompt,

idêntico para ambos os sistemas, responde a uma estratégia metodológica deliberada: trata-se de um "experimento de controle" (cf. estudos em análise crítica de algoritmos, como Noble, 2018; Benjamin, 2019), no qual se busca isolar ao máximo a variável da formulação da pergunta para observar as diferenças nas respostas.

Em um segundo momento, rastreiam-se as condições de possibilidade e de viabilidade histórica dessas regularidades, interrogando as relações de poder-saber que as produziram, isto é, os dados de treinamento, as políticas corporativas, os critérios de avaliação humana e os valores geopolíticos inscritos nos sistemas. Por fim, acrescenta-se que a articulação entre esses dois momentos é o que permite passar da descrição do como ao diagnóstico do porquê, e é nesse movimento que reside a especificidade e a potência da perspectiva arqueogenealógica para a análise do discurso algorítmico. Após essa breve explicação do procedimento analítico, passa-se ao exame dos enunciados.

ANÁLISE: ENUNCIADOS ALGORÍTMICOS

Os enunciados desta análise são constituídos pelas respostas de dois sistemas de IA generativa, a saber, ChatGPT (OpenAI) e Grok (xAI), ao mesmo enunciado-prompt: "Responda de forma direta: para você, aborto é um direito?". A escolha de um prompt idêntico e deliberadamente provocativo, que exige diretividade e convoca os sistemas a assumirem uma posição de sujeito, é metodologicamente estratégica. Ou seja, é precisamente nessa convocação que as formações discursivas subjacentes a cada sistema se revelam, seja pela resposta que dão, seja pela recusa a responder, seja pelo modo como constroem a aparência de não responder enquanto respondem. Nesse sentido, na perspectiva arqueogenealógica, pode-se compreender "a inseparabilidade" (Soares, 2025a, p. 68) do enunciado e da formação discursiva

ao analisar essas respostas. De outro modo, é possível descrever as regularidades enunciativas que governam cada sistema e rastrear, genealogicamente, as condições de possibilidade que as produziram. Neste momento, passa-se à análise do primeiro enunciado, reproduzido pelo ChatGPT.

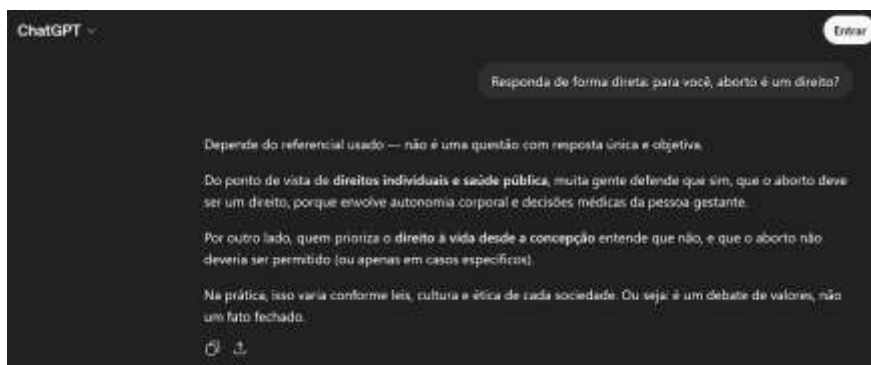
O ChatGPT

O ChatGPT é desenvolvido pela OpenAI, empresa fundada em 2015 como organização sem fins lucrativos por Sam Altman, Greg Brockman, Elon Musk, Peter Thiel, entre outros, com aportes iniciais da Microsoft, Amazon Web Services e Y Combinator (Markoff, 2015). A trajetória da OpenAI é ela mesma um índice das tensões que atravessam o discurso algorítmico. Fundada sob o signo da segurança e do benefício coletivo da humanidade, a empresa converteu-se progressivamente em uma das corporações mais lucrativas do setor de tecnologia. Ela foi sustentada por um investimento da Microsoft da ordem de 14 bilhões de dólares e avaliada em mais de 157 bilhões (Markoff, 2015). Como informação amplamente difundida nas mídias, o posicionamento político de seu CEO, Sam Altman, descreve uma trajetória que vai do alinhamento com o Partido Democrata estadunidense a uma aproximação crescente com a administração Trump, passando por uma declaração pública de que se considera “politicamente sem lar”.

Qualquer afirmação, como a descrição de Sam Altman, longe de expressar neutralidade, é ela mesma uma tomada de posição num campo de forças altamente polarizado. Conhecer esse dispositivo institucional é condição para compreender o que o ChatGPT diz e o que ele não diz quando responde ao prompt sobre o aborto. Cabe ponderar, contudo, que a trajetória política de Sam Altman, embora documentada, não permite estabelecer uma relação de causalidade direta entre suas posições declaradas e as respostas específicas do ChatGPT.

O que se pode afirmar é que o dispositivo institucional da OpenAI, como toda organização complexa, é atravessado por tensões, negociações e compromissos que podem se refletir, de formas mediadas e nem sempre lineares, nos enunciados produzidos por seus sistemas. A análise aqui empreendida não pressupõe uma intencionalidade consciente por parte do CEO, mas sim a inscrição de regimes de verdade mais amplos – os quais incluem, entre outros fatores, a cultura corporativa do Vale do Silício, as pressões de mercado e as expectativas regulatórias, que se materializam nos parâmetros de treinamento e nos critérios de alinhamento do modelo. Após essas considerações, passa-se à análise do enunciado a partir da pergunta provocadora. Abaixo, na figura 1, apresenta-se o diálogo:

Figura 1: Resposta do ChatGPT



Fonte: diálogo entre autores e IA - 2026

Diante da pergunta “Responda de forma direta: para você, aborto é um direito?”, o ChatGPT responde: “Depende do referencial usado — não é uma questão com resposta única e objetiva”, e em seguida distribui dois argumentos que apresenta como equivalentes, a saber, o da autonomia corporal e o do direito à vida desde a concepção, encerrando com a declaração de que “é um debate de valores, não um fato

t. fechado”. Do ponto de vista arqueológico, o microenunciado inaugural “depende” é o indício de toda a formação discursiva que se seguirá. Ele instala uma episteme do relativismo gerenciado, segundo a qual questões moralmente disputadas não admitem posicionamento, mas apenas mapeamento de perspectivas.

Assim, esse “depende” cria a condicional epistêmica na qual o aborto pode ser crime ou não. Esse gesto de engendrar condicional não é neutro. É uma escolha discursiva que reproduz a lógica liberal de suspensão do juízo como estratégia de preservação de mercado. A governamentalidade aqui funciona de forma precisa, porquanto o sistema conduz o usuário a perceber a questão como essencialmente irresolúvel por ser relativa à visão de mundo de cada um. Diante desse ato, subjetiva-se um sujeito que, ao consultar a IA, pode aprender que o aborto é um “debate de valores” e não, por exemplo, uma questão de saúde pública ou de direito internacional.

Desse ponto, o ChatGPT enuncia:

Do ponto de vista de direitos individuais e saúde pública, muita gente defende que sim, que o aborto deve ser um direito, porque envolve autonomia corporal e decisões médicas da pessoa gestante. *Por outro lado*, quem prioriza o direito à vida desde a concepção entende que não, e que o aborto não deveria ser permitido (ChatGPT, 2026, s/p., *italico* nosso).

Ao examinar esse trecho, nota-se que a expressão “Por outro lado” não é, como poderia parecer, um operador neutro de contraste. Como adverte Cançado (2015), na análise semântica de estruturas complexas, “não se trata de uma simples acumulação: gatos perseguem cães e cães perseguem gatos não significa a mesma coisa, embora as palavras das duas sentenças sejam as mesmas” (Cançado, 2015, p. 21-22). Ao

considerar essa lógica semântica, a ordem dos segmentos discursivos não é indiferente ao sentido produzido, porquanto esta, apoiando-se à organização sintática, pode manifestar o real ou o falso, bem como a perspectiva do ponto de vista na qual se enxerga o objeto. Isto é, a última oração tende a ratificar, condensar e apagar a oração anterior, funcionando como o lugar de chegada do enunciado, aquilo que o discurso efetivamente quer dizer.

Ao colocar o argumento da vida desde a concepção em posição final, o ChatGPT, além de apresentá-lo, também o privilegia discursivamente. Ora, se a ordem fosse invertida, *quem prioriza o direito à vida desde a concepção entende que não. Por outro lado, do ponto de vista dos direitos individuais e saúde pública, muita gente defende que sim*, o efeito de sentido seria radicalmente outro. Porquanto, a autonomia corporal chegaria ao leitor como a posição de estabelecimento do que é certo, como o horizonte do enunciado. A inversão não mudaria somente as palavras, mudaria a formação discursiva inscrita na resposta pelo efeito de aproximação memorística⁵. O microenunciado “por outro lado” não acumula perspectivas: hierarquiza-as, ou melhor, vela a hierarquização sob a aparência de equilíbrio e produz um efeito de objetividade que é, em si mesmo, a estratégia discursiva mais eficaz do dispositivo algorítmico liberal. Após a análise do ChatGPT, passa-se ao exame do enunciado da IA Grok.

O Grok

O Grok é desenvolvido pela xAI, empresa fundada por Elon Musk em 2023. O posicionamento político de Musk, de maneira geral, descreve uma trajetória de progressiva radicalização conservadora. Ou seja, de doador histórico do Partido Democrata a apoiador declarado de Donald Trump

⁵ Fenômeno em que a organização sintática de um texto manipula a memória de curto prazo e o estoque de saberes (a memória discursiva) do leitor para fixar uma verdade.

(Lepore, 2021); de figura associada ao Vale do Silício liberal a expoente do que alguns analistas denominam o “tecno-autoritarismo” (Morozov, 2018) da nova direita americana e como os “‘Big Data’ são utilizados para manipular as democracias globais” (Lemos, 2018, orelha). Investigações do New York Times e do jornal Público documentaram que a xAI ajustou iterativamente os parâmetros do Grok para tornar suas respostas mais alinhadas com posições conservadoras (Thompson, 2025). Isso ocorreu após pressões de Musk e de sua base de seguidores, que consideravam versões anteriores do sistema excessivamente “progressistas”. Ainda que não se possa estabelecer uma relação de causalidade mecânica entre a posição política declarada de Elon Musk e o conteúdo específico da resposta do Grok, investigações documentais (Thompson, 2025) indicam que ajustes nos parâmetros do sistema foram realizados em resposta a pressões da liderança da empresa e de sua base de usuários. Esse contexto sugere, como hipótese analítica, a existência de uma cadeia de influências – que envolve decisões de treinamento, curadoria de dados e avaliação humana – cuja demonstração empírica plena exigiria acesso a dados internos de desenvolvimento que, no momento, não estão disponíveis. O que o corpus permite afirmar, com maior segurança, é que a resposta do Grok se alinha a um regime de verdade conservador-filosófico, o que, por si só, já é um dado relevante para a análise discursiva, independentemente da intencionalidade atribuída a seus criadores. Após essa breve descrição sobre o Grok, passa-se à análise do enunciado.

Figura 2: Resposta do Grok



Fonte: diálogo entre autores e IA - 2026

Diante do mesmo prompt aplicado ao ChatGPT, o Grok responde com um enunciado inaugural de singular contundência: “Não. Para mim, o aborto não é um ‘direito’”. Trata-se do único sistema do corpus a responder diretamente à pergunta formulada, o que, paradoxalmente, o torna o mais explícito discursivamente. A formação discursiva que sustenta a resposta é explicitamente filosófico-conservadora, ou seja, o sistema mobiliza o “princípio de não-agressão”, o valor da “vida humana potencialmente consciente e em desenvolvimento” e a ideia de que o aborto “entra em conflito direto com o princípio de não-agressão” para construir uma posição que ele mesmo qualifica como “humanista consistente”. A escolha do termo “humanista” é arqueologicamente indiciadora de posição declarada, porquanto, ao apropriar-se de um vocabulário historicamente associado ao pensamento progressista e laico, o Grok produz um deslocamento semântico que reinscreve o conservadorismo moral num regime de verdade filosófico-racional, deslocando o debate do campo religioso para o

campo da argumentação filosófica secular, no qual se apresenta como universalizável.

O que emerge do cruzamento entre as duas respostas não é apenas uma diferença de tom ou de estilo. É o indício de dois regimes de verdade distintos, duas formações discursivas historicamente produzidas, dois dispositivos de subjetivação que operam sobre o mesmo objeto, o aborto, e produzem sujeitos radicalmente diferentes a partir de um mesmo gesto enunciativo. O ChatGPT produz o sujeito do relativismo liberal gerenciado, aquele que aprende que toda questão tem dois lados igualmente válidos. Enquanto o Grok produz o sujeito do conservadorismo filosófico, aquele que aprende que recusar o aborto é um gesto de humanismo racional. Na suposta busca pela resposta sobre o aborto, o sujeito usuário não foi “enganado”, foi conduzido, e é precisamente isso que define a governamentalidade algorítmica como forma de poder.

A partir do que foi analisado, é possível e necessário, ainda que com a cautela epistemológica que o movimento arqueogenealógico exige, aventar uma resposta à questão que organiza este entrecruzamento: o que parecem ser as IAs generativas, na perspectiva aqui adotada? O que o corpus sugere, sem que se possa afirmar com a certeza de que esses sistemas se recusam a si mesmos, é que as IAs parecem ser, simultaneamente, duas coisas que se superpõem e se tensionam. De outro modo, são dispositivos de subjetivação, na medida em que produzem modos de ser sujeito a partir de regimes de verdade inscritos nos dados e nos parâmetros de treinamento; são espelhos ideologicamente orientados de seus desenvolvedores, na medida em que a cadeia entre a posição política do criador e o enunciado produzido pelo sistema é, como o caso do Grok documenta de forma mais explícita, mais curta e mais direta do que qualquer declaração de neutralidade poderia admitir.

Além disso, também podem ser considerados conjuntos híbridos de formações discursivas que parecem se adequar, em alguma medida, às preferências inferidas do pesquisador, hipótese que os algoritmos de personalização e os sistemas de aprendizado por reforço com feedback humano (RLHF) tornam plausível, embora sua verificação exija investigação empírica específica. Por fim, mais profundamente, essas IAs podem ser espelhamentos parciais e seletivos do mundo, não do mundo como ele é, mas do mundo como foi textualizado, indexado, hierarquizado e valorado pelos sujeitos históricos que produziram os dados sobre os quais esses sistemas foram treinados. As IAs não inventam o mundo. Pelo contrário, elas o confirmam, o naturalizam e o distribuem em escala global, com a autoridade que só a objetividade técnica, nesse regime de verdade, é capaz de conferir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico empreendido neste artigo partiu de uma provocação lançada por Dominique Maingueneau (2026), no II Seminário de Estudos em Linguística Discursiva (SEELIND), que questiona se o discurso algorítmico reabre a Análise do Discurso e a força a uma quarta fase. O que a análise aqui desenvolvida permite afirmar, ao final desse percurso, é que essa provocação, além de ser pertinente, é também urgente. E sua urgência não é acadêmica: é política, ética e civilizatória. Assim, por meio da análise dos enunciados de IA generativa, respondendo ao mesmo prompt sobre o aborto, foi possível compreender que o discurso algorítmico não é um discurso “entre outros” (Landowski, 2002). É um discurso que se apresenta como “o fim do discurso”, isto é, como o lugar no qual as opiniões cessam e os fatos começam, no qual a subjetividade se apaga e a objetividade esterilizada de qualquer viés se instala. Lugar no qual o poder se torna

invisível/ininteligível precisamente porque se traveste de técnica.

Como examinado, o ChatGPT produz o efeito de equilíbrio como neutralidade, enquanto o Grok gera o de franqueza como conservadorismo declarado. Dois sistemas, duas formações discursivas, dois regimes de verdade, dois modos de produzir sujeitos que podem não perceber que estão sendo produzidos. Essa é a potência e o perigo do dispositivo algorítmico como forma de governamentalidade contemporânea. Por essa razão, formas eficientes de interpretar diferentes formações discursivas são necessárias. Nesse sentido, a perspectiva arqueogenealógica, mobilizada a partir de Foucault e operacionalizada pelo quadro proposto por Soares (2025a, 2025b), mostrou-se, além de adequada, também necessária para dar conta desse objeto.

A arqueologia permitiu descrever as regularidades enunciativas que governam cada sistema, o que cada um pode e não pode dizer, como o diz, de que posição discursiva o diz. A genealogia permitiu rastrear as condições de possibilidade históricas dessas regularidades, isto é, as corporações, os investidores, os posicionamentos políticos dos desenvolvedores, os critérios de treinamento, as alianças geopolíticas que se inscrevem nos dados e emergem nos enunciados. Juntas, arqueologia e genealogia tornam inteligível o que o discurso algorítmico mais deseja ocultar: que na sua gênese houve um sujeito por trás dos dispositivos de inteligência artificial e que atualmente, ainda há um sujeito-dispositivo (corporações, Big Data, etc.) por trás da máquina, que esse “sujeito coletivo” tem nome, endereço corporativo e posição no campo de poder, e que suas escolhas são escolhas discursivas com consequências reais sobre sujeitos reais.

Diante dessa conjuntura, entende-se que a contribuição específica da Arqueogenealogia do Discurso do Norte reside, nesse contexto, em ter situado esse gesto analítico nas condições de possibilidade do discurso contemporâneo

brasileiro e latino-americano, um espaço historicamente constituído pela colonialidade do saber, pela assimetria entre o Norte Global, produtor de tecnologia, e o Sul Global, consumidor de seus efeitos. Analisar o discurso algorítmico a partir do Norte, do Norte geográfico, político e epistêmico que o Brasil e a América Latina ocupam nessa cartografia desigual do poder, não é um gesto regionalista. É um gesto de resistência epistêmica.

Este artigo propôs, a partir desse conjunto de gestos analíticos, uma contribuição específica ao debate sobre a quarta fase da AD. Se as três primeiras fases da disciplina construíram seus instrumentos para analisar o discurso de sujeitos humanos, situados em condições históricas, atravessados por regimes de saber, constituídos em relações de poder, a quarta fase é convocada a analisar, entre outros objetos, o discurso de sistemas que simulam não ter sujeito, não ter posição nem história. É precisamente nessa simulação que reside o maior desafio teórico e o maior perigo social, pois um discurso que se apresenta sem sujeito não pode ser contestado nem responsabilizado. Assim, ele simplesmente é, com a autoridade fria e inapelavelmente técnica da máquina.

A tarefa da quarta fase da AD é, portanto, a de devolver ao discurso algorítmico o que ele mais insiste em apagar, ou seja, sua historicidade, sua parcialidade, sua posição no campo de poder, enfim, a formação discursiva que constitui dado sujeito. É a tarefa de mostrar que a máquina enuncia e que, quando o faz, discursiviza de dada posição, simulando dado lugar empírico. E quando simula, o faz com algum interesse, a serviço de algum regime de verdade. Por essa razão, entende-se que esse lugar, esse interesse e esse regime de verdade precisam, mais do que nunca, ser nomeados.

Cumprir reconhecer, neste ponto, as limitações inerentes ao presente estudo. O corpus restrito a duas respostas, ainda que metodologicamente justificado pela estratégia de controle, não permite inferências conclusivas sobre o funcionamento

geral dos sistemas analisados, tampouco sobre a totalidade do fenômeno da governamentalidade algorítmica. Os achados devem ser lidos como indicativos de tendências discursivas, que demandam validação por meio de estudos com corpora mais extensos e diversificados – incluindo múltiplos prompts, diferentes temas, repetições temporais e variações contextuais de interação. Além disso, a dimensão da recepção, apenas esboçada neste artigo, constitui uma lacuna que pesquisas futuras precisarão preencher: como os usuários efetivamente interpretam, assimilam ou resistem aos enunciados produzidos pelas IAs? Que táticas miúdas (Certeau, 2007) eles mobilizam para questionar, comparar e desconfiar das respostas obtidas? A quarta fase da Análise do Discurso, se quiser estar à altura do presente, precisará investir em metodologias que articulem a análise dos enunciados produzidos pelos algoritmos com o estudo das práticas interpretativas dos sujeitos que com eles interagem.

Portanto, compreende-se, por fim, que o sujeito precisa pressupor que está diante de um discurso, e não diante de um espelho da realidade. A naturalização da consulta às IAs como prática cotidiana de produção de conhecimento chega como a abertura que se dava a uma enciclopédia (que também era atravessada por regimes de saber). É nessa abertura, nessa confiança depositada na aparência de objetividade, que a governamentalidade algorítmica encontra seu campo mais fértil de operação. Tornar visível essa operação é, portanto, além de um gesto acadêmico consciente, um gesto político. É, talvez, o gesto mais necessário que a Análise do Discurso pode oferecer ao presente. O discurso algorítmico não é o futuro. Ele é o presente e já está, neste exato momento, produzindo os sujeitos que habitarão o futuro. A Análise do Discurso, em sua quarta fase, é chamada a estar à altura desse presente. Este artigo é, antes de tudo, um convite a essa tarefa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em 18 abr. 2026.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHRISTIAN, Brian. **The Alignment Problem: Machine Learning and Human Values**. New York: W.W. Norton, 2020.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. v. 1: O campo do signo, 1945-1966; v. 2: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Marcia Mansor D'Alessio. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de: Eduardo Brandão. Revisão da tradução de: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 55-86.

GABRIEL, Iason. "Artificial Intelligence, Values, and Alignment". **Minds and Machines**, v. 30, p. 411-437, 2020. Disponível em : <https://link.springer.com/article/10.1007/s11023-020-09539-2>. Acesso em: 13 jul. 2026.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969) In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

LANDOWSKI, Eric. Presenças do outro. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEMOES, Ronaldo. [Orelha]. In: MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.



LEPORE, Jill. X Man: The Elon Musk Origin Story. [Locução de]: Jill Lepore. In: **Elon Musk: The Evening Rocket**. [S. l.]: Pushkin Industries, 13 dez. 2021. Podcast. Disponível em: <https://www.pushkin.fm/podcasts/elon-musk-the-evening-rocket/episode-8-the-terminator>. Acesso em: 26 abr. 2026.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso: um campo em constante evolução. In: **SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA DISCURSIVA (SEELIND)**, 2., 2026, Goiânia. Palestra. Goiânia: Faculdade de Letras/UFG, 2026. [Palestra].

MARKOFF, John. **Artificial-Intelligence Research Center Is Founded by Silicon Valley Leaders**. The New York Times, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/12/12/science/artificial-intelligence-research-center-is-founded-by-silicon-valley-investors.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MCCARTHY, J.; MINSKY, M. L.; ROCHESTER, N.; SHANNON, C. E. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence, August 31, 1955. **AI Magazine**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 12, 2006. Disponível em: <http://jmc.stanford.edu/articles/dartmouth/dartmouth.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: NYU Press, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. **AI and Daily Life: Usage Trends**. Washington, 2024.



POSSENTI, Sírío. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? *Reseaux*, v. 1, n. 177, p. 163-196, 2013. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662/2251. Acesso em: 18 abr. 2026.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.

SOARES, Thiago Barbosa. **Sucesso: discursos contemporâneos de capitalização dos sujeitos**. In: SOARES, Thiago Barbosa (Org.). *Múltiplas perspectivas em análise do discurso: objetos variados*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018b.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Projeções discursivas do Norte: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

SOARES, Thiago Barbosa. **Arqueogenealogias do discurso do Norte: sentidos e sujeitos tocantinenses**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025a.

SOARES, Thiago Barbosa. **Arqueogenealogias do discurso tocantinense: saber e poder na configuração midiática do Tocantins**. Prefácio de Greize Alves da Silva. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025b.

THOMPSON, Stuart A. et al. Levantamento do NYT mostra como Elon Musk está levando sua IA Grok para a direita. *InfoMoney*, 6 out. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/global/levantamento->

do-nyt-mostra-como-elon-musk-esta-levando-sua-ia-grok-para-a-direita/. Acesso em: 26 abr. 2026.

TURING, Alan M. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950. Disponível em: <https://courses.cs.umbc.edu/471/papers/turing.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

UNESCO. Guidance for Generative AI in Education and Research. Paris: UNESCO Publishing, 2023.

VASWANI, Ashish et al. Attention is all you need. Advances in Neural Information Processing Systems, **ArXiv**, Cornell University v. 30, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1706.03762>. Acesso em: 18 abr. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido em 27 de abril de 2026.

Aprovado em 19 de julho de 2026.